



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO MINISTRO REIS VELLOSO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E QUANTITATIVAS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JARMSON VÍCTOR VERAS DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO NO BRASIL

PARNAÍBA – PI

2019

JARMSON VÍCTOR VERAS DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Reis Velloso, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho

PARNAÍBA – PI

2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde – Campus Parnaíba
Serviço de Processamento Técnico

O482e Oliveira, Jarmson Víctor Veras de
Evolução do microcrédito produtivo orientado no Brasil [recurso eletrônico] / Jarmson Víctor Veras de Oliveira. – 2019.
1 Arquivo em PDF

TCC (Bacharel em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Piauí, 2019.
Orientação: Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho

1. Microcrédito Produtivo Orientado. 2. Pequenos Empreendimentos. 3. Inclusão Bancária. I. Título.

CDD: 332.7

JARMSON VÍCTOR VERAS DE OLIVEIRA

EVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da Universidade Federal do Piauí, *Campus* Ministro Reis Velloso, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 06/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho
Orientador

Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo
Examinador

Profa. Ms. Vera Lúcia dos Santos Costa
Examinador

PARNAÍBA – PI

2019

A Deus por me dar o dom da vida, à minha família, e a todas as pessoas que confiaram em mim durante essa grande jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus, pela graça de está vivo e poder desfrutar desse momento com minha família e amigos. Em segundo lugar, agradeço à minha família, meus pais, que sempre foram meus maiores incentivadores, minha esposa e meus filhos pela compreensão que sempre tiveram ao longo dessa minha jornada. Em terceiro lugar, agradeço aos amigos (as) e colegas de universidade, aos que permaneceram e aos que desistiram no meio do caminho, aos que vivenciaram junto comigo toda a caminhada até este momento.

Agradeço também ao meu Orientador, professor José Natanael Fontenele de Carvalho, por sua dedicação com o ensino, com os alunos e, principalmente, por sua atenção e paciência com seus orientandos, guiando sempre a uma melhor abordagem de todo o conteúdo exposto e sua observação aos detalhes, buscando tirar o melhor de cada um.

Por fim agradeço aos demais familiares e as novas amizades que conheci no meio do percurso e que me permitiram não desistir e confiaram em minha capacidade.

*“Só se pode alcançar um grande êxito
quando nos mantemos fiéis a nós mesmos”*

(Friedrich Nietzsche)

RESUMO

O microcrédito é uma importante ferramenta de acesso ao crédito direcionado ao público de baixa renda. Diante disso, questionou-se: Qual a dinâmica das operações de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil? Como objetivo geral, analisou-se a evolução das operações de Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil. Os objetivos específicos foram: examinar a execução do microcrédito produtivo orientado no Brasil quanto aos contratos realizados e valores concedidos; verificar a distribuição dos contratos segundo o gênero dos clientes atendidos, a situação jurídica e segmentos de atividade econômica. Este estudo torna-se relevante por avaliar o microcrédito como instrumento de desenvolvimento do empreendedorismo para o público de baixa renda e contribuir com o conhecimento acadêmico acerca desta temática através dos resultados. Além disso, proporcionar visibilidade ao Microcrédito Produtivo Orientado enquanto modalidade de concessão de empréstimos de pequeno valor e quais as suas contribuições para o cenário socioeconômico. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e a coleta de dados deu-se por meio dos seguintes sites: Banco Central do Brasil, Ministério do Trabalho e Economia, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Analisou-se a evolução do Microcrédito Produtivo Orientado desde a criação do Programa Nacional Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Os resultados mostraram uma evolução consolidada desse modelo de crédito ao longo do período analisado, inferindo-se que impulsionou os pequenos negócios de maneira crescente. Portanto, a criação desse programa fomentou os pequenos empreendimentos e contribuiu para a inclusão bancária no Brasil.

Palavras-chave: Microcrédito Produtivo Orientado. Pequenos Empreendimentos. Inclusão Bancária.

ABSTRACT

Microcredit is an important tool for access to credit aimed at the low-income public. In view of this, it was questioned: What is the dynamic of Productive Microcredit Oriented operations in Brazil? As a general objective, we analyzed the evolution of Productive Oriented Microcredit operations in Brazil. The specific objectives were: to examine the implementation of productive microcredit oriented in Brazil as to the contracts made and the amounts granted; to verify the distribution of contracts according to the gender of the clients served, the legal situation and segments of economic activity. This study becomes relevant because it evaluates microcredit as an instrument for the development of entrepreneurship for the low-income public and contributes to the academic knowledge on this topic through the results. In addition, to provide visibility to Productive Oriented Microcredit as a modality for granting low-value loans and what are its contributions to the socioeconomic scenario. A bibliographical research was carried out and data was collected through the following websites: Central Bank of Brazil, Ministry of Labor and Economy, Inter-union Department of Statistics and Socioeconomic Studies. The evolution of Guided Productive Microcredit was analyzed since the creation of the National Guided Productive Microcredit Program (PNMPO). The results showed a consolidated evolution of this credit model over the analyzed period, inferring that it boosted small businesses in a growing manner. Therefore, the creation of this program fostered small enterprises and contributed to banking inclusion in Brazil.

Keywords: Productive Oriented Microcredit. Small enterprises. Bank inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução Histórica consolidada do PNMPO – 2005 a 2018.....	33
Tabela 2 - Análise anual por segmento econômico (2009-2015).....	37

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Conceito de Microfinanças, Microcrédito e MPO.....	16
Quadro 1 – Evolução do microcrédito conforme a literatura selecionada.....	26
Gráfico 1 – Clientes do PNMPO por gênero entre os anos de 2008-2015.....	35
Gráfico 2 – Carteira Ativa por Situação Jurídica – 2008 a 2015.....	36
Gráfico 3 – Composição da Carteira de Clientes do PNMPO por segmento de atividade (2008-2015).....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEAPE	Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAMPE	Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas
FAT	Fundo de Apoio ao Trabalhador
FUNPROGER	Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPO	Microcrédito Produtivo Orientado
ONG	Organização não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNMPO	Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DEFINIÇÕES	14
2.1. Origem do microcrédito	16
2.2. Caracterização do Microcrédito Produtivo e Orientado	18
2.3. Microcrédito no Brasil	21
3. ANÁLISE DOS DADOS	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

1. INTRODUÇÃO

Com as elevadas taxas de desemprego observadas atualmente no Brasil, muitos trabalhadores são motivados a montar o próprio negócio e, nesse sentido, o acesso ao crédito adquire fundamental importância. A informalidade distancia os pequenos empreendimentos das principais linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras do país, posto que essas exigem informações sólidas do negócio, formalidade nas documentações e garantias necessárias para que possam subsidiar o crédito pretendido.

Não se pode negar que a incerteza da renda, ausência de garantias, baixa escolaridade e pouco conhecimento estratégico são barreiras de acesso ao sistema convencional de crédito. Devido a esses fatores, observou-se o crescimento de demandas eram atendidas pelas instituições de crédito, assim, os bancos necessitavam de um crédito específico voltado pra clientes de baixa renda e para os integrantes da economia informal.

Foi exatamente para atender a essa demanda crescente que surgiu o Microcrédito Produtivo Orientado, que proporciona o acesso ao crédito de maneira simples e sem burocracia, promovendo os pequenos negócios e aquecendo a economia, além da geração de emprego e renda. Essa metodologia foi implementada pelo Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) através da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Essa linha de crédito busca, em sua essência, o lado social das instituições financeiras, favorecendo a inserção desse público no cenário financeiro, com uma metodologia moldada pra atender esse nicho, já que a ela tem a missão de fomentar o pequeno negócio, baseada na orientação e acompanhamento de todas as etapas do empréstimo.

Diante do exposto, pretende-se contribuir com o conhecimento acadêmico acerca desta temática, além de dar maior visibilidade ao Microcrédito Produtivo Orientado enquanto modalidade de concessão de empréstimos de pequeno valor, destacando as suas contribuições para o cenário socioeconômico.

Logo, este trabalho apresenta como problema: Qual a colaboração das operações de microcrédito Produtivo Orientado no Brasil?

Para tanto, a pesquisa tem como objetivo geral, analisar a evolução das operações de microcrédito produtivo orientado no Brasil, no período de 2005 a 2018.

Os objetivos específicos foram: examinar a execução do microcrédito produtivo orientado no Brasil, no período de 2005 a 2018 quanto aos contratos realizados e valores concedidos; verificar a distribuição dos contratos segundo o gênero dos clientes atendidos, a situação jurídica e segmentos de atividade econômica.

Na metodologia Apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa para o alcance dos objetivos propostos. Realizou-se pesquisa exploratória e descritiva. Fez-se uso ainda de pesquisa bibliográfica, através do uso de livros e artigos de periódicos.

A coleta de dados secundários deu-se por meio dos seguintes sites: Banco Central do Brasil, Ministério do Trabalho e Economia, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Os dados consultados foram: Relatório do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado e Relatório de Inclusão Financeira.

Além disso, recorreu-se aos dados de publicações orientadoras, tais como: Cartilha de Introdução ao Microcrédito. Nesta pesquisa, a análise foi feita considerando-se a evolução do Microcrédito Produtivo Orientado desde a criação do Programa Nacional Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Para tanto, foi feito um recorte temporal que incluiu os dados referentes ao ano de 2008 até 2018.

A monografia está estruturada em três capítulos, além dessa introdução. O segundo capítulo abordará o referencial teórico da pesquisa, tratando sobre o Microcrédito Produtivo Orientado, partindo do microcrédito e das microfinanças. A seguir, descrevem-se a origem do microcrédito no mundo e iniciativas de microcrédito no Brasil.

O capítulo seguinte analisa a estrutura de microcrédito no Brasil, demonstrando a evolução institucional dos agentes promotores de microcrédito. Além disso, evidencia o retrato do PNMPO e a análise de dados realizada através do banco de dados disponível do programa. Os resultados foram atualizados para verificar se houve evolução do PNMPO considerou-se o período de 2005 a 2018. Por fim, apresentam-se as considerações finais deste trabalho.

2. DEFINIÇÕES

Nesse capítulo, discutem-se os autores sobre as questões conceituais de microfinanças e microcrédito.

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008), microfinanças significa a prestação de serviços financeiros para a população menos assistida pelas instituições de crédito com metodologias específicas direcionadas a baixa renda.

De maneira semelhante, Alves e Soares (2004, p.11) afirmam que “Microfinanças é a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluídas do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados”. Trata-se então de uma gestão voltada para atender as necessidades de um público alheio ao mercado financeiro.

Este conceito é ampliado por Matos, Macambira e Cacciamali (2014) afirmaram que as microfinanças evidenciam não somente uma atividade econômica como também um conjunto de serviços financeiros, como depósitos, empréstimos, seguridade dentre outros voltados para atender a população de baixa renda, negócios formais ou informais de pessoas físicas ou jurídicas com faturamentos modestos.

Com base no que foi apresentado pelos autores até agora, verifica-se que microfinanças configura-se como a instância maior do auxílio ao público baixa renda que tem como derivação o microcrédito, ou seja, através dessa linha é praticada um tipo de microfinança.

O conceito de microcrédito é muito bem apresentado por Barone (2002, p.11):

Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais, é um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica (BARONE, 2002, p.11).

Ainda de acordo com Barone (2002) o microcrédito não permite diferenças no público do crédito, não exclui a classe inferior de obtê-lo, com isso torna o microcrédito poderosa ferramenta de desenvolvimento econômico para as classes menos assistida pelo sistema financeiro.

Conforme a definição de Alves e Soares (2004, p.12):

Atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, dedica-se a conceder crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo essencialmente pela metodologia utilizada, bastante diferente daquela adotada para as operações de crédito tradicionais. É comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pela importância que tem junto às políticas públicas de superação da miséria pela geração de trabalho e renda.

O microcrédito, por sua vez, possui uma derivação que tem alcançado muita visibilidade. Quanto a isso, ressalta-se o Microcrédito Produtivo Orientado, implementado pela Lei n 11.110, de 25 de abril de 2005 com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores. Neste caso, configura-se Microcrédito Produtivo Orientado o crédito fornecido para pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de suprir suas necessidades financeiras e com metodologia própria que consiste no contato diretamente no local do empreendimento.

A Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, veio consolidar esse conceito ao apresentar o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) como:

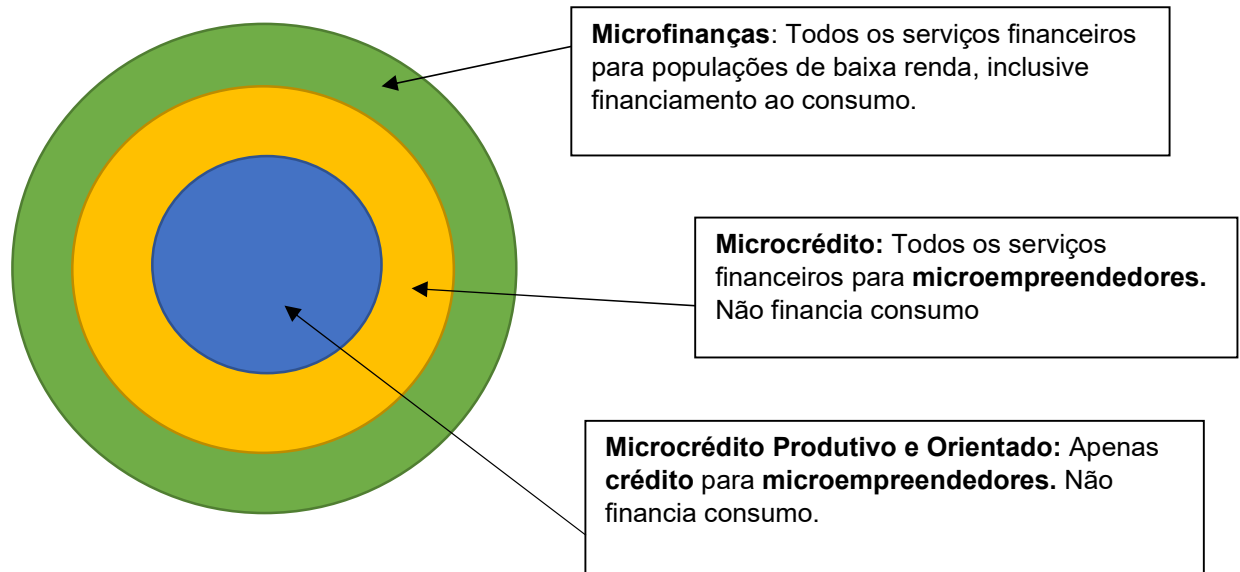
Crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte. Utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. Para tanto, deve ser considerado o atendimento ao tomador final dos recursos, que é realizado por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento.(BRASIL, 2005, p.1)

Esta Lei foi reformulada pela Lei 13.636, de 20 de março de 2018:

Considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para financiamento das atividades produtivas, cuja metodologia será estabelecida em regulamento, observada a preferência do relacionamento direto com os empreendedores, admitido o uso de tecnologias digitais e eletrônicas que possam substituir o contato presencial (BRASIL, 2018, p.1).

Logo abaixo, a Figura 1 ilustra os conceitos de Microfinanças, Microcrédito e MPO para melhor entendimento.

Figura 1 – Conceito de Microfinanças, Microcrédito e MPO



Fonte: SOARES; SOBRINHO (2008, p.25).

Conforme as definições, ao contrário das microfinanças que possuem ampla participação na atividade financeira para o público de baixa renda, o microcrédito é voltado para o atendimento financeiro às atividades produtivas dos empreendedores excluídos do acesso ao sistema financeiro tradicional, o mesmo não financia o consumo. Já o Microcrédito Produtivo Orientado busca, em sua essência, uma abordagem voltada à capacitação, orientação e acompanhamento das operações.

2.1. Origem do microcrédito

De acordo com COSTA (2014) Outra revolução no pensamento econômico, no limiar do novo século, ocorreu com Muhammad Yunus. Este professor de Economia, em Bangladesh, largou as salas de aula para se tornar “banqueiro dos pobres”. Em 2006, foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz.

O microcrédito surgiu no fim do século XX, por meio da iniciativa do Professor Yunus Muhammad. Em 1976, iniciou uma forma de conceder pequenos créditos para as instituições que desejavam obter esse meio para investir em suas empresas contribuindo para a movimentação da economia local.

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 19):

O trabalho de Yunus e de seu banco, já reconhecidos anteriormente pela conquista de vários prêmios, entre eles o Príncipe de Astúrias da Concórdia

de 1998, traduz-se na concessão de créditos aos mais pobres, que se tornam seus acionistas. Assim, o conjunto de acionistas já soma 3,8 milhões de pessoas, das quais 98% são mulheres.

Após se formar em economia nos EUA, Yunus retornou ao seu país verificou que a população da região vivia em extrema dependência de agiotas, pois não possuíam capital de giro para comprar materiais. Os bancos comerciais não emprestavam dinheiro aos pobres, pela falta de garantia de pagamento e por não possuir o mínimo de instrução para chegar ao banco e preencher os papéis necessários para aquisição de recursos. Os juros cobrados pelos agiotas eram elevados e o lucro era mínimo, sequer permitindo a alimentação da família. Conforme Lourenço (2012, p.136) “se o investimento está a ser utilizado ou canalizado para o sítio errado não se pode criar a riqueza”.

Os “bancos dos pobres” não fornecem crédito direto aos consumidores. Seus empréstimos são dirigidos aos produtores. São créditos para investimentos em ferramentas e matérias primas. (BARONE, 2002. p.22). Com essa afirmação pode-se perceber que a linha de crédito não fomenta o consumo e sim a produção.

Barone (2002) acrescenta que Yunus buscou provar que o pobre também é merecedor de crédito e que também pagam seus empréstimos, com isso o professor consegue através de financiamentos, doações de bancos privados e internacionais, a criação do Banco Grameen.

De acordo com Soares e Melo Sobrinho (2008, p. 22):

No contexto do microcrédito, merece atenção especial a experiência do Grameen Bank (na língua local, “banco de aldeia”), a instituição criada por Muhammad Yunus para a concessão de créditos a pessoas de baixa renda. Isso porque os esforços de divulgação de suas idéias e experiências ao redor do mundo deram visibilidade ao microcrédito, a ponto de seu fundador ser agraciado com o Prêmio Nobel da Paz 2006. Diretor-executivo do banco, Yunus nasceu em Bangladesh em 1940 e estudou Ciências Econômicas em Nova Délhi. Posteriormente, ampliou seus estudos nos Estados Unidos com bolsas das instituições Fullbright e Eisenhower.

O acesso ao crédito promovido a partir de experiências de Yunus proporcionou uma inclusão no sistema financeiro em geral do público baixa renda em vários países, proporcionando o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos.

2.2. Caracterização do Microcrédito Produtivo e Orientado

Apresentam-se, a seguir, as características observadas no PNMPO e as alterações que sofreram durante o processo de aprimoramento do programa. O Quadro 1 mostra essas informações.

De acordo com Barone (2002), algumas características são comuns às operações de microcrédito às quais possui uma sequência lógica para o fornecimento de empréstimos, sendo elas: Prazos de pagamentos curtos: semanais, quinzenais e, no máximo, mensais; Caracterização como linha de crédito: possibilidade de renovação dos empréstimos; Empréstimos com valores crescentes: aumentos dos valores dos empréstimos de acordo com a capacidade de pagamento até o limite estabelecido pela política de crédito de cada constituição.

Diante do mencionado acima, observa-se que as características citadas e analisadas em conjunto servem como base para análise do cliente, seu potencial de pagamento e sua credibilidade junto as instituições. De acordo com a lei 13.636, que revoga a 11.110/2005, as instituições autorizadas a operacionalizar o Microcrédito Produtivo são:

- Caixa Econômica Federal(CEF);
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social(BNDES);
- Bancos comerciais;
- Bancos múltiplos com carteira comercial;
- Bancos de desenvolvimento;
- Cooperativas centrais de crédito;
- Cooperativas singulares de crédito;
- Agências de fomento;
- Sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;
- Organizações da sociedade civil de interesse público;
- Agentes de crédito constituídos como pessoas jurídicas, nos termos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
- Fintechs, assim entendidas as sociedades que prestam serviços financeiros, inclusive operações de crédito, por meio de plataformas eletrônicas.

De acordo com a Lei 13.636, que revoga a 11.110/2005, os bancos de desenvolvimento e as cooperativas singulares de crédito poderão prestar os seguintes serviços:

I - a recepção e o encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e de conta de poupança;

II - a recepção e o encaminhamento de propostas de emissão de instrumento de pagamento para movimentação de moeda eletrônica aportada em conta de pagamento do tipo pré-paga;

III - a elaboração e a análise de propostas de crédito e o preenchimento de ficha cadastral e de instrumentos de crédito, com a conferência da exatidão das informações prestadas pelo proponente, à vista de documentação competente;

IV - a cobrança não judicial;

V - a realização de visitas de acompanhamento, de orientação e de qualificação, e a elaboração de laudos e relatórios; e

VI - a digitalização e a guarda de documentos, na qualidade de fiel depositário.

De acordo com Barone (2002), a liberação de crédito para proponentes de baixa renda e, portanto, sem possibilidades de ofertar garantias, ocorre de duas maneiras: uma delas é o aval solidário (ou fiança solidária) que se apresenta como grupo de pessoas que entre se dividem as responsabilidades sobre os empréstimos, e a outra opção seria a contratação através de um avalista ou fiador.

Neste sentido, o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, definiu as seguintes características:

a) Microcrédito produtivo orientado como o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, exercida por agentes de crédito.

b) Que os recursos destinados ao PNMPO são os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e da parcela dos recursos de depósitos a vista destinada ao microcrédito (Lei 10.735/03).

c) São instituições financeiras operadores (IFO) do PNMPO os bancos públicos federais quando se tratar dos recursos do FAT no PNMPO e todos os bancos públicos e privados para os recursos provenientes dos depósitos especiais de microcrédito.

d) São instituições de microcrédito produtivo orientado (IMPO) para efeito do PNMPO as cooperativas singulares de crédito; as agências de fomento; as sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM) e; as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

e) São agentes de intermediação (AGI) os bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito, que também poderão atuar como repassadoras de recursos das instituições financeiras para as instituições de microcrédito produtivo orientado.

f) As instituições financeiras operadoras atuarão no PNMPO por intermédio das instituições de microcrédito produtivo orientado por meio de repasse de recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito que se enquadrarem nos critérios exigidos pelo PNMPO. Para atuar diretamente no PNMPO, as instituições financeiras operadoras deverão constituir estrutura própria para o desenvolvimento desta atividade.

g) As operações de crédito entre IMPO e IFO no âmbito do PNMPO poderão contar com a garantia do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – Funproger e do FAMPE (SEBRAE).

Ainda como característica que pode ser observada no microcrédito, conforme Alves e Soares (2004, p.47), destaca-se: “o direcionamento de 2% dos depósitos à vista captados pelas instituições financeiras por intermédio da Medida Provisória 122 de 25 de junho de 2003”.

Conforme informação do Banco Central do Brasil, a caracterização do Microcrédito Produtivo Orientado, em relação aos recursos para o MPO são provenientes, principalmente, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de parcela dos recursos do direcionamento de depósitos à vista captados por entidades supervisionadas pelo BC, do orçamento geral da União e dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Dessa forma, a análise das características mostrou que as mesmas foram sendo moldadas de acordo com tempo com o objetivo de aprimorar a linha de crédito e facilitar o acesso.

2.3. Microcrédito no Brasil

A presente seção abordará a importância das contribuições do Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil como ferramenta para impulsionar os pequenos negócios considerando-se o perfil estabelecido pelo PNMPO.

Para Sobrinho (2015), é a referência da prestação de serviços que se adequa a utilização de “produtos, processos e gestão diferenciados como: captação de poupança, seguro, leasing, cartão de crédito, dentre outros e, dessa forma, o termo microfinanças torna-se mais abrangente que o termo microcrédito”.

Diferentemente do que Sobrinho (2015) destacou, o SEBRAE (2016) elenca a respeito das organizações que estão constituídas como microfinanças que são essenciais para atuar no microcrédito e os empreendedores buscam por esses meios que são “observadas as disposições legais que as disciplinam. Assim, os operadores de microcrédito/microfinanças podem ser agrupados de acordo com as suas características e vínculos de supervisão legal”. Nesse seguimento, Costa (2010) destaca que:

Enquanto indicadores econômicos apresentaram índices negativos no período de recessão, o inverso com dados positivos, corroborando com o objetivo do trabalho que era analisar e demonstrar que nos momentos de instabilidade econômica aumenta-se o número de empreendedores e ofertas de microcrédito. Porém o microcrédito ainda é tido como um paliativo, tático, e um apoio necessário, mas de certa forma, ainda não tem poder de impacto macrossocial relevante (COSTA, 2010 ,p.29).

Diante disso, o microcrédito é uma importante ferramenta de inclusão financeira, que contribui no desenvolvimento de pequenos empreendedores. Dessa forma, Assaf Neto (2012), correlacionou o microcrédito como um instrumento crescimento econômico e social, onde o governo federal vem incentivando a massificação desse tipo de crédito no Brasil.

Nas pesquisas de Costa (2015), ele correlacionou as prestações de serviços financeiros para indivíduos de baixos rendimentos como forma de impulsioná-los no crescimento, e isso, são providenciadas por instituições de microfinanças.

As instituições de microcrédito possuem um papel de suma importância para a sociedade atual, onde Cavalcante (2015) assegura o garantimento da sobrevivência e o crescimento de micronegócios constituindo na maioria das vezes, a única fonte de crédito desses negócios.

As concessões de empréstimos expedidos pelas instituições são de valores baixos que possam suprir as necessidades de pequenos empreendedores informais e microempresas que não possuem o acesso financeiro tradicional (CARLS, 2015).

Para tanto, o impulso que é gerado pelo programa de empréstimo simplificado com pouca burocracia gera rendimentos que o indivíduo alcançará patamares maiores como destaca Silveira (2015):

Além de ocasionar fatores que contribuem para os empreendedores o microcrédito como um programa de empréstimo simplificado, com o mínimo de burocracia e sem exigências de garantias reais. É necessário inicialmente que o negócio apresente potencial para desenvolver-se com um impulso inicial e que seja viável financeiramente. Além disso, o microcrédito é cumulativo, ou seja, ao fazer o primeiro empréstimo e pagá-lo o beneficiário estará habilitado a renovar por um valor maior e assim, sucessivamente, até que alcance patamares maiores (SILVEIRA, 2015, p.33).

Através desses meios que são de forma simplificada, geram mais oportunidade de geração de emprego e renda, segundo Morduch (2019):

- O tipo de garantias exigidas dos clientes, as instituições de microcrédito adotam garantias alternativas, como por exemplo o grupo solidário, formado por beneficiários que voluntariamente se responsabilizam pelos créditos. Isso possibilita que pessoas com pouco ou nenhum patrimônio possam ter acesso ao crédito;
- Os pagamentos periódicos, com início do pagamento quase logo após a concessão do crédito, diferente dos contratos nos quais a devolução do capital é feita de uma vez no final. Essa inovação facilita o monitoramento pelo próprio grupo solidário e controle do grupo e dos indivíduos pela instituição, o que resulta em altas taxas de devolução dos créditos.
- Outro aspecto comum destas experiências é a realização de empréstimos consecutivos em valores cada vez maiores, de acordo com a pontualidade do pagamento. Isso estimula os beneficiários à pontualidade, permite que aprendam a lidar com valores crescentes e ampliem os seus empreendimentos. Os valores são estabelecidos de acordo com as necessidades e capacidade de pagamento dos clientes, evitando-se dificuldades para a devolução do empréstimo.
- A personalização dos serviços por meio da atuação de agentes de crédito, o que inclui visita aos empreendimentos, levantamento de informações económicas familiares e do empreendimento e análise do crédito. Por meio de entrevistas com os clientes e visitas aos seus locais de trabalho, o agente de crédito consegue reduzir a assimetria de informação que distancia os bancos tradicionais deste conjunto de pessoas (MORDUCH, 2019, p.45).

Diante do recorrido acima, as experiências e serviços oferecidos na fala do autor a respeito do microcrédito, dispõe de serviços que contribui para o impulso de pequenas empresas e isso garante o retorno do mesmo para efetuar novas concessões de empréstimos pela empresa. Desse modo:

A concessão deste tipo de empréstimo não se assemelha às operações de crédito tradicionais. A principal questão de diferenciação do microcrédito de outros tipos de empréstimos é a forma de como ele é concedido e a metodologia usada no processo de adesão ao crédito (VALOURA, 2012, p.35).

Geralmente, segundo Cavalcante (2015), o maior público que procura o microcrédito, são os empreendedores, onde que, se inspiram em suas ideias de montar seu próprio negócio depois de perder um emprego, ou porque pretende trabalhar naquilo que gosta.

Muitas regiões do mundo ainda estão na armadilha do círculo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento. Ao analisar o desempenho do sistema pode ser observado que há três círculos – culturais, demográficos e econômico-financeiros que estão interligados e se alimentam entre si (CAVALCANTE, 2015, p.23).

O impacto ocasionado pelo microcrédito na concepção de Cavalcante (2015) destaca a geração de trabalho e renda para as famílias de baixo poder aquisitivo favorece alternativas de ocupação e aumento de produtividade. O impacto social do microcrédito resulta em melhorias nas condições de saúde, habitação e alimentação.

Nesse contexto, a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores:

O microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Destina-se à produção (capital de giro e investimento em capital fixo) e é concedido com o uso de uma metodologia específica que consiste, primeiramente, na concessão assistida do crédito. A escassez de crédito é muito mais severa para os micro e pequenos empreendimentos. Com isso, há uma restrição considerável de sua capacidade produtiva, que ocasiona um impacto negativo na geração de receitas e na ampliação de suas atividades, cuja consequência é o surgimento de um ciclo econômico-financeiro restritivo (CAVALCANTE, 2016, p. 43).

A ampliação desse mercado que cresce com o decorrer dos tempos, que é o microcrédito, onde permite a destinação do dinheiro para o investimento em pequenas empresas correspondem, a solicitação de empréstimos para pessoas que são concedido para Leite (2019):

O crédito concedido aos empreendedores é destinado para investimento e para capital de giro. A concessão de microcrédito aos potenciais empreendedores pode trazer importantes consequências para a renda e o emprego das regiões. A oferta de serviços adequados aos microempreendedores de baixa renda tem um efeito multiplicador bastante positivo na economia e nas condições sociais da região abrangida (LEITE, 2019, p.8).

A atuação do agente responsável pelo microcrédito ocorre primeiramente pelo diálogo, onde é repassado todas as orientações necessárias para obtenção do crédito para a evolução dos negócios do empreendedor, para Moreno (2019) destaca em sua fala:

A atuação do agente de crédito, responsável pela aproximação entre instituição e cliente, é de grande importância. O diálogo entre os envolvidos na operação permite uma atmosfera de confiança, que substitui a falta de garantias reais. Essa ação disponibiliza recursos ao tomador, ao mesmo tempo em que reforça a certeza de retorno do empréstimo ao ofertante. A assistência continuada pela instituição de microcrédito, mesmo com as prestações em dia do empréstimo, ao agente de crédito, fortalece as relações, para evolução e consolidação dos empreendimentos. Além disso, favorecem ao tomador novas oportunidades de crédito, para o desenvolvimento ou ampliação dos negócios. Mudanças e avanços significativos ocorreram no Brasil, com o advento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (Lei nº 11.110/05), originado pela Medida Provisória nº 226/04. As organizações de microcrédito, ao lado das cooperativas de crédito, bancos de desenvolvimento e agências de fomento, passaram a ter oportunidade de acessar recursos abundantes, tanto do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), como da parcela dos recursos de depósitos à vista, destinada ao microcrédito (Lei nº 10.735/03). O Governo Federal, com a MP, buscou estabelecer condições jurídicas, para que o SEBRAE e o FUNPROGER possam ampliar seus sistemas de garantia e prestar aval em operações de crédito das instituições de microcréditos, juntamente com bancos públicos e privados (MORENO, 2019, p.55).

Outra abordagem usada pelos pesquisadores que analisa as condições para criação de empresas, planejamento de novos negócios, capital de risco e perfil dos empreendedores. As pequenas e médias empresas possuem uma característica cultural que é a predominância de um só indivíduo na gestão da organização, seja o empreendedor, seja o proprietário-dirigente. Daí a grande importância do estudo das características e comportamentos desse indivíduo (PAULA JUNIOR, 2017).

Sabe-se que o brasileiro é empreendedor, mas tem de se preparar melhor. Uma pesquisa internacional sobre empreendedorismo, que entrevistou 43.000 pessoas em 21 países, durante o ano de 2000, chegou à conclusão de que o Brasil é o país que apresenta a maior porcentagem de empreendedores: para cada oito brasileiros em idade adulta, um está abrindo ou pensando em abrir um negócio (SILVA, 2016).

A abordagem administrativa a respeito do microcrédito correlacionado pelos autores diversifica à gestão de pequenas empresas no que tange à tomada de decisões, planejamento, finanças, produção. Segundo Costa (2015), a inovação tecnológica possui quatro pilares, o investimento de capital de risco, infraestrutura de

alta tecnologia, ideias criativas e cultura empreendedora focada na paixão pelo negócio.

Já as fases do processo empreendedor, conforme Costa (2015) são:

- Identificar e avaliar oportunidades: É a parte mais difícil. O empreendedor precisa ter muita percepção para os negócios. Mas muitos dizem que isso ocorre por sorte. Outros dizem que sorte é o encontro da competência com a oportunidade.
- Desenvolver o plano de negócios: Pode ser a parte mais trabalhosa do ciclo. Ela dá forma a um documento que sintetiza toda a essência do negócio, a estratégia da empresa, seu mercado e competidores, como vão gerar receitas, etc.
- Determinar e captar os recursos necessários: É consequência do que já foi feito e planejado no plano de negócios. A captação de recursos pode ser feita de diversas formas. Há alguns anos as únicas possibilidades de obter financiamento ou recursos no Brasil eram através de bancos ou economias pessoais ou de conhecidos. Hoje já é mais comum encontrar a figura do capitalista de risco que prefere arriscar em novos negócios a deixar todo seu dinheiro aplicado nos bancos.
- Gerenciar a empresa criada: O estilo de gestão do empreendedor na prática, deve reconhecer suas limitações e saber recrutar uma excelente equipe de profissionais para ajudá-lo a gerir a empresa (COSTA, 2015, p.56).

Dessa forma, observa-se que existe todo um aparato necessário das fases do empreendedor, onde, quando se inicia um negócio as pessoas precisam passar por as mesmas. Sendo assim, o planejamento, por meio de um plano de negócios (business plan), é a ferramenta do empreendedor, com a qual sua equipe avalia oportunidades, identifica, busca e aloca os recursos necessários ao negócio, planeja as ações a serem tomadas, implementa e gerencia o novo negócio. Outra forma de analisar os aspectos críticos do processo, segundo Carls (2015), é pelos seguintes fatores:

- Oportunidades: Avaliação para que se tome a decisão de continuar ou não com o projeto.
- Equipe empreendedora: Os profissionais da equipe têm perfis complementares.
- Recursos: Saber como e onde captá-los. A análise dos recursos necessários deve ser a última a ser feita, para evitar que o empreendedor e sua equipe restrinjam a análise da oportunidade, que é a primeira tarefa a ser realizada (CARLS, 2015, p.6).

A gestão financeira em uma pequena empresa é voltada, na maior parte do tempo, para a solução de problemas de capital de giro, entre eles o financiamento de estoques, gerenciamento da inadimplência de clientes e administração das insuficiências de caixa. Esses problemas podem ser evitados por meio de uma administração de capital de giro que valorize a prevenção de sua ocorrência (SANTOS, 2014). Para acompanhar a evolução do saldo de caixa deve-se utilizar o

instrumento fluxo de caixa. Este é um mecanismo gerencial que mostra a situação financeira de uma empresa para um determinado período de tempo.

A análise apresentada revelou, segundo alguns autores, que o Microcrédito Produtivo Orientado fomenta os pequenos negócios. Além disso, promove a inclusão no sistema financeiro e promove um auxílio da condução do negócio, uma vez que a metodologia é baseada no acompanhamento da operação desde a tomada do crédito, aplicação do investimento e o acompanhamento até o final do contrato.

Segundo um estudo realizado pelo programa de pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM), no ano de 2000 o Brasil apareceu à frente de todos os demais países participantes como aquele que tinha maior taxa de criação de negócios entre a população economicamente ativa, com cerca de 12,3%, ficando à frente de países como os Estados Unidos, por exemplo (GEM, 2015).

O quadro abaixo demonstra a divisão segundo Matos, Macambira e Cacciamali.

Quadro 1 – Evolução do microcrédito conforme a literatura selecionada

Autor	Ano da Publicação	Evolução do Microcrédito
Matos, Macambira e Cacciamali	2014	Desde os anos 1970, segundo os registros do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), diversas organizações fomentaram linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas, muitas vezes informais. A primeira iniciativa, de acordo com essa fonte, deu-se em 1973, com a fundação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), que contou com o aporte financeiro da Acción International, entidades empresariais e bancos estaduais da Bahia e de Pernambuco. Altas taxas de inflação e gestão inadequada frente à necessidade de autossustentabilidade financeira encerraram o programa, no ano 1991.
Matos, Macambira e Cacciamali	2014	Em 1987, com a contribuição de recursos do SEBRAE, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Interamericano Foundation (IAF), foi fundada a primeira organização formal de microcrédito sob a forma jurídica de organização não governamental, denominada de Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE-RS), na cidade de Porto Alegre-RS. O Centro encerrou suas atividades em 2005. Em 1989, o Banco da Mulher (BA), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do BID passou a oferecer serviços de microcrédito.

Matos, Macambira e Cacciamali	2014	As intervenções do governo federal brasileiro, com vistas a apoiar os pequenos empreendimentos por meio da concessão de crédito, também se estruturaram a partir da década de 1990. A Lei nº 8.352/1991 determinou que a disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) - ou seja, os recursos excedentes ao pagamento do seguro desemprego - poderiam ser aplicadas em depósitos especiais remunerados, sob a responsabilidade dos bancos oficiais: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA) e BNDES. Fato esse que permitiu a manutenção continuada nas décadas seguintes dos programas do serviço público de emprego e a criação do Programa de Emprego e Renda (PROGER). Este último programa foi criado com a perspectiva de oferecer crédito associado a diversas modalidades de assistência técnica para unidades produtivas que tinham pouco ou nenhum acesso ao sistema bancário nacional, como micro e pequenas empresas formais e informais, cooperativas de trabalhadores e outras formas associativas de produção.
--	------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Fazendo uma análise a respeito da evolução do crédito, observa-se que vem sofrendo uma queda significativa de acordo com dados DIEESE (2018):

A queda expressiva do crédito às pessoas jurídicas, entre 2014 e 2017, gerou uma nova situação, na qual, de forma inédita, a partir de 2016, a participação relativa do crédito às famílias tornou-se maior do que a do financiamento às empresas. O comportamento verificado no período recente difere de forma intensa daquele observado entre 2008 e 2013, quando o crédito apresentou forte elevação real acumulada, de 105%, com aumento quase idêntico para pessoa física (alta de 104,4%) e jurídica (alta de 105,5%) (DIEESE, 2018, p.21).

Essa queda demonstra o comportamento diferenciado que ocorreu no período de crise, pois, o crédito que ocorriam em famílias sofreu alterações, e isso, refletiu na evolução constante do microcrédito, onde a redução foi:

Do ponto de vista do crédito às famílias, o declínio intenso de diversos indicadores econômicos e sociais parece ter contribuído para o movimento observado a partir de 2014. A taxa de desocupação, por exemplo, passou de 6,8%, em 2014, para 12,7%, em 2017, o que significou elevação de 6,5 milhões de desempregados nesse período, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Do ponto de vista da demanda de crédito, a alta no desemprego e a queda do rendimento médio real dos trabalhadores, juntamente com altos níveis inflacionários em 2015 e 2016, reduziram o consumo das famílias e, conseqüentemente, a procura por empréstimos no setor financeiro (DIEESE, 2018, p.34).

A redução do custo de financiamento do crédito estimula as pessoas utilizarem essa forma para investir. Embora utilizem essas formas de atrair empreendedores para buscarem meios que contribuem para financiar e evoluir dentro do seu campo de negócios tem sido uma forma bastante consistente para o crescimento de pequenas empresas.

Nesse aspecto, avaliar as variáveis sobre política monetária que envolve o microcrédito, é uma forma que:

Avaliar a evolução de variáveis associadas ao canal de crédito neste ciclo de distensão da política monetária *vis-à-vis* outros ciclos recentes. Para tanto, explora-se em análise gráfica o comportamento das taxas de juros e das concessões do crédito livre – agregados e principais modalidades de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ) – para cinco ciclos de política monetária (CARLS, 2015, p.33).

De certa forma, a evolução trouxe consigo uma série de fatores que valorizaram as pequenas empresas que são chamadas de empreendedores na atualidade, e isso, para Sebrae (2012):

O Microcrédito contribui na valorização de pequenas empresas, e a operação de crédito consiste no financiamento de valores e condições por uma instituição financeira, sob a promessa de recebimento do valor principal acrescido dos juros da operação onde se estabelece uma relação de confiança do cumprimento do acordo, o significado de crédito está relacionado a: segurança de que alguma coisa é verdadeira, confiança; boa reputação, boa fama, consideração; facilidade de conseguir adiantamentos de dinheiro para fins comerciais, industriais, agrícolas, etc.; soma posta à disposição de alguém num banco, numa casa de comércio, mediante certas vantagens; direito de receber o que se emprestou; troca de bens presentes por bens futuros (SEBRAE, 2012, p.33).

Às formalizações que são recorrentes para o acesso a informações das pequenas empresas durante o processo de microcrédito, garante a funcionalidade ainda mais eficaz dessas empresas, e isso, com algumas práticas ainda não foram contempladas a aderir às atividades permitidas (BRASIL, 2015).

No ano de 2015, quatro em cada dez brasileiros estavam envolvidos na criação ou manutenção de algum negócio. Estima-se que 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam na condição de empreendedor em estágio inicial ou estabelecido. Ter o próprio negócio era o terceiro maior sonho do brasileiro, atrás apenas de ter sua casa própria e de viajar pelo país. O número de pessoas que

sonhavam se tornar o seu próprio chefe era em torno de 31%, praticamente o dobro das pessoas que almejavam fazer carreira em alguma empresa (16%) (GEM, 2015).

Em 2012, o Brasil possuía 44,2 milhões de trabalhadores informais (IBGE, 2012), o que mostra que o número de empreendimentos informais no país ainda é grande. Recentemente, com a crise pela qual o Brasil passa, o número de empreendedores na condição de necessidade voltou a crescer. O que indica que mais gente escolheu abrir um negócio porque está com dificuldades de conseguir renda, portanto significa que são empresas menos inovadoras. Desde então, o Brasil permaneceu nas primeiras posições entre os países mais empreendedores, conforme as pesquisas realizadas nos anos posteriores, 2001 a 2013, pela GEM.

3. ANÁLISE DOS DADOS

O Brasil foi pioneiro a adotar, no ano de 1973, o microcrédito para o setor informal urbano nas capitais Recife e Salvador. A iniciativa foi proporcionada pela organização não governamental Accion Internacional, em conjunto entidades empresariais e bancos locais, instituíram o programa UNO (BARONE, 2002).

A UNO era uma organização não governamental especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cuja às operações eram lastreadas por uma espécie de “aval moral” (BARONE, 2002. p.33).

Ainda segundo Barone (2002, p.15) outros programas com a metodologia de aval solidário surgiram no Brasil depois da Accion Internacional e em sua primeira experiência em Porto Alegre no ano de 1987 (CEAPE/RS) centro de apoio aos pequenos empreendimentos Ana Terra criado na forma de instituição não governamental. “A Rede CEAPE, ao longo desses anos, vem concedendo créditos individuais, com garantia de avalista, e em grupos solidários. Até 31/12/2001, a Rede CEAPE realizou 343 mil operações de crédito, no valor total de R\$ 305.7 milhões”.

Dois anos depois o Banco Mulher, que contou com o apoio da UNICEF e do BID, deu início ao seu projeto de microcrédito, baseado também na metodologia de grupos solidários em priori somente com mulheres e com a passar do tempo inclui o público masculino (BARONE, 2002).

Em 1987, com a contribuição de recursos do SEBRAE, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Interamericano Foundation (IAF), foi fundada a primeira organização formal de microcrédito sob a forma jurídica de organização não governamental, denominada de Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE-RS), na cidade de Porto Alegre-RS. O Centro encerrou suas atividades em 2005. Em 1989, o Banco da Mulher (BA), com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do BID passou a oferecer serviços de microcrédito. (MATOS; MACAMBIRA; CACCIAMALI, 2014, p.22).

De acordo com Matos, Macambira e Cacciamali (2014) no ano 1996, se caracteriza no Brasil como um modelo percussor institucional misto, o Programa Portosol, projeto com ideia inicial da prefeitura de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que objetivava o desenvolvimento econômico local.

De acordo com os autores acima:

PORTOSOL (Instituição Comunitária de Crédito), criada em 1995, em Porto Alegre, por meio de parceria da Prefeitura de Porto Alegre com entidades da sociedade civil, e apoio do governo estadual, da GTZ (instituição alemã de cooperação) e da Inter-American Foundation. Opera com recursos do BNDES e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)-RS. Os empréstimos comportam valores de R\$ 200 a R\$ 15.000. Capital de giro e capital fixo. Taxa de juros a partir de 2% ao mês + despesas operacionais; prazo até 18 meses. (MATOS; MACAMBIRA; CACCIAMALI, 2014)

Barone (2002) destaca que ainda na década de noventa surge uma iniciativa do movimento Viva Rio com a finalidade de fomentar crédito para microempreendedores baixa renda de comunidades carentes do Rio de Janeiro, e em 1998 é lançado o programa CrediAmigo do Banco do Nordeste que tem como objetivo fornecer crédito aos pequenos empreendimentos nordestinos, parte de Minas e Espírito Santo, configurando-se como o primeiro Banco Estatal a atuar com Microcrédito.

Barone (2002, p.17) acrescenta que “o CredAmigo trabalha com a metodologia de grupos solidários e, concomitantemente à concessão do crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores”. Com isso o Banco do Nordeste torna o tomador do crédito preparado para investir de maneira correta o recurso adquirido.

Entre os bancos públicos federais, a iniciativa mais antiga foi a do CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), em funcionamento desde 1998. O BNB fez a opção de criar uma OSCIP, o Instituto Nordeste Cidadania, para operar diretamente o microcrédito. O Instituto fazia a análise de crédito, o assessoramento empresarial e o acompanhamento dos pagamentos,

focando a região rural do semi-árido nordestino. O BNB atuava nos mesmos moldes da maioria das OSCIP voltadas ao microcrédito produtivo orientado, isto é, com grupos de aval solidário e agentes de crédito itinerantes, muitos dos quais eram agrônomos terceirizados (COSTA, 2010, p.11).

Esse programa é operado desde 1998, sendo que o próprio banco operacionaliza a concessão de microcrédito a partir da aplicação de metodologia baseada em grupos solidários e agentes de crédito, além de incorporar outras inovações operacionais típicas da atividade de microcrédito (MACAMBIRA, 2014).

De acordo com Bittencourt (2004) as fases do microcrédito no Brasil são caracterizadas conforme abaixo:

- Fase 1: de 1972 até 1988 – Redes alternativas organizadas por ONG's; Fundos rotativos (informais) focados principalmente no meio rural; Gestão com enfoque no objetivo do financiamento e não no retorno do crédito;
- Fase 2: de 1989 até 1997 – Entrada dos governos municipais como atores do microcrédito através da constituição de programas e/ou organizações para operar diretamente com microempreendedores (Bancos do Povo); Expansão do cooperativismo de crédito urbano; Constituição de sistemas alternativos de cooperativa de crédito rurais;
- Fase 3: de 1998 até 2002 – Criação do Marco Legal para o microcrédito - SCM e as OSCIP. Alterações na regulamentação das cooperativas de crédito – foco nas centrais e permissão para cooperativas de crédito de microempreendedores; Criação do Programa de Microcrédito do BNDES - financiamento e Desenvolvimento Institucional (32 instituições até 2002); Criação do Programa Crediamigo pelo Banco do Nordeste; Permissão para atuação dos Correspondentes Bancários; As Instituições de Microcrédito eram focadas no crédito, sem o fornecimento de outros serviços bancários, existindo pouca ou nenhuma relação entre estas instituições e os bancos (exceto cooperativas);
- Fase 4: de 2003 a 2005 – Inclusão bancária, associando o crédito a outros serviços bancários para a população de baixa renda; Apoio ao Cooperativismo de Crédito e regras mais flexíveis para seu funcionamento; Aumento do número de correspondentes bancários e dos tipos de serviços prestados; Regulamentação do Crédito consignado; Ampliação e consolidação do Programa Crediamigo.

- Fase 5: de 2005 até dias atuais – Criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado; Aproximação entre instituições financeiras e de Microcrédito, vinculando outros serviços financeiros ao microcrédito produtivo; Marco legal para o microcrédito produtivo, incluindo a regulamentação para o repasse de recursos dos bancos para instituições de microcrédito - (depósitos especiais e FAT); Viabilização de fundos de aval para as instituições de microcrédito; Desenvolvimento de Projetos de Desenvolvimento Institucional focados na articulação entre instituições de microcrédito e na padronização de modelos contáveis.

Observa-se a evolução do Microcrédito no Brasil e suas diversas formas de abordagem, suas contribuições para o desenvolvimento de várias regiões do Brasil e o aprimoramento da linha crédito ao longo do tempo.

Desde a implantação do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PMNPO) o Ministério da Economia disponibiliza relatórios sobre suas operações, nestes relatórios consegue-se observar dados consolidados a partir de perfil de clientes considerando o gênero feminino e masculino. Além disso, observa-se a evolução das operações analisando-se os dados de situação jurídica, segmento de atividade, clientes atendidos, valores concedidos e distribuição geográfica.

A Tabela 1 apresenta a evolução consolidada do PNMPO de 2005 a 2018:

Tabela 1 – Execução Histórica consolidada do PNMPO – 2005 a 2018

Ano	Contratos Realizados	Variação	Valores Reais concedidos	Variação
2005	632.106	-	602.340.000	-
2006	828.847	31,12%	1.117.318.678	21,21%
2007	963.459	16,24%	1.384.217.852	25,80%
2008	1.280.680	32,93%	3.028.311.116	55,77%
2009	1.620.656	26,55%	3.620.727.053	22,28%
2010	1.966.718	21,35%	4.488.115.368	21,21%
2011	2.576.559	31,01%	5.761.258.771	28,84%
2012	3.814.781	48,06%	8.620.128.679	49,45%
2013	5.713.091	49,76%	12.681.328.920	48,00%
2014	5.667.287	-0,80%	13.767.209.555	7,89%

2015	5.201.992	-0,81%	12.359.966.047	-10,23%
2016	4.699.476	-9,67%	9.263.808.770	-25,05%
2017	4.300.728	-8,49%	8.644.549.202	-6,09%
2018	4.739.929	10,21%	10.356.731.697	19,80%
Total	44.006.309		95.696.011.708	

Fonte: PNMPO, 2018.

Conforme dados da tabela 1 do PMNPO entre os anos de (2005-2018) foram realizadas mais de 44 milhões de operações de microcrédito atendendo mais de 35 milhões de clientes, com um volume concedido no valor superior a 95 bilhões de reais.

Na tabela 1, identifica-se a evolução logo de início do programa com um aumento do número de clientes atendidos de (2005-2006) de 31,12% de incremento na quantidade de operações, em 2007 de 16,24% dada por uma fase expansionista do crédito que se inicia ao final de 2003 e vai até o contágio da crise em 2008.

O ano de 2008 merece destaque pelo fato da crise que consistia em restrição a concessão de crédito, não influenciou no crescimento da linha, logo o aumento de clientes atendidos pelo PNMPO foi de 32,26%. Observou-se também crescimento no número de instituições habilitadas que em 2005(52), 2006(216), 2007(252) e em 2008 (278). No ano de 2009 o crescimento de contratos realizados foi de 26,55%.

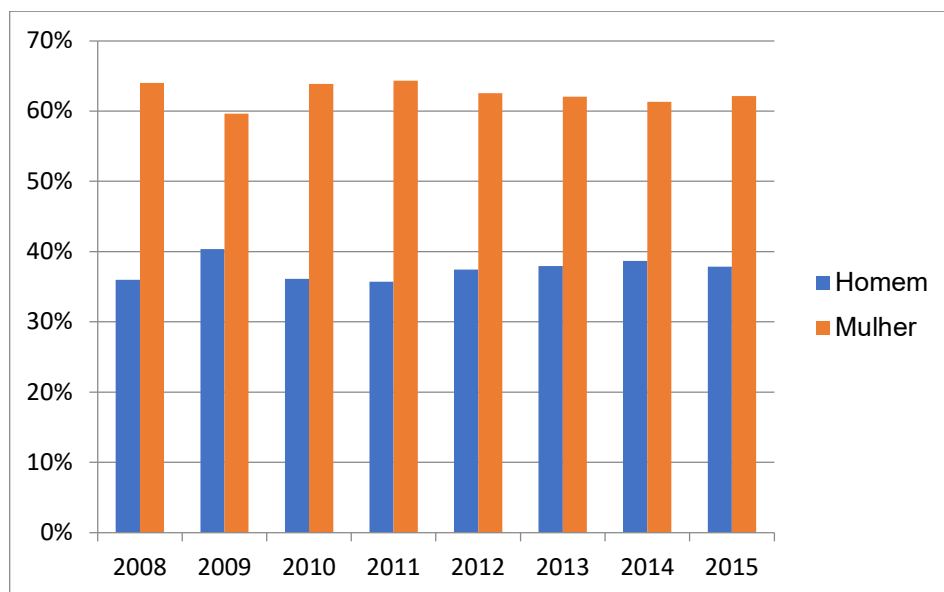
De acordo com o Ministério da Fazenda, o Programa Crescer, de setembro de 2011 a março de 2014, apresentou como resultado um valor contratado de R\$14,1 bilhões de reais, permitindo a realização de 10,3 milhões de operações de crédito. Conforme dados do DIEESE a recessão econômica que gerou quedas no PIB por 11 trimestres consecutivos, acompanhada pela crise política econômica, alteraram a crescente do crédito que vinha acontecendo até 2014.

Segundo dados do PNAD (2019) ao longo de 2014, os bancos públicos federais ofertaram R\$ 10,523 bilhões em Microcrédito Produtivo Orientado, o que responde por 90,35% do montante total de microcrédito ofertado. Os valores de 2014 representam uma expansão de 16% em relação ao observado para 2013. Percebe-se ainda em 2015 a diminuição de 1,86% do volume de microcrédito ofertado com relação ao mesmo período de 2014, esta queda de adesão pode ser resultado da instabilidade econômica do país ou diminuição da atratividade para clientes potenciais.

O Gráfico 1 destaca a distribuição dos clientes por gênero, logo é possível identificar a soberania das mulheres na participação do crédito. Em 2011, houve a maior concentração nesse sentido: aproximadamente 64% dos clientes do PNMPO eram mulheres. De acordo com dados de pesquisa realizada pelo PNMPO a tendência do público feminino tomarem mais microcréditos que os homens é observado em todos os Países.

Deve-se esclarecer que os relatórios do PNMPO dos anos de 2016 e 2017 não são disponibilizados pelo MTE para análise do item gênero, e o ano de 2015 analisado até o terceiro trimestre.

Gráfico 1 - Clientes do PNMPO por gênero entre os anos de 2008-2015



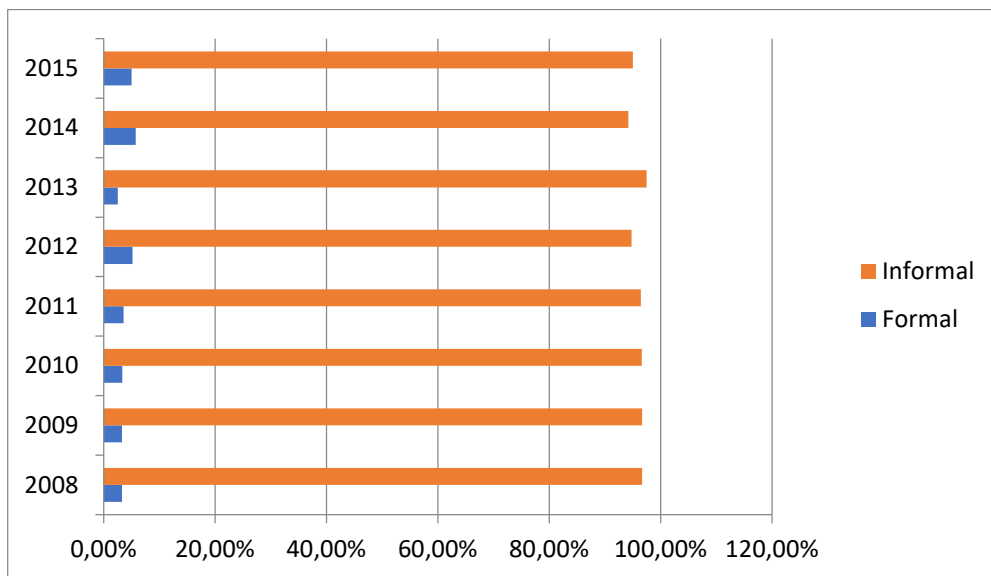
Fonte: PNMPO(2015).

Conforme dados do PNMPO o ano de 2018 apresenta um percentual de 67% de participação feminina.

Já o gráfico 2, apresenta a participação das pessoas e empreendimentos informais é maior durante o período analisado. Segundo dados do PNAD O Brasil alcançou o número de 38 milhões de trabalhadores informais, o equivalente a uma taxa de informalidade de 41,4%, a mais elevada já vista. A pesquisa trouxe novos

registros no total de pessoas atuando por conta própria ou sem carteira assinada no setor privado e que não dispõem de renda fixa.

Gráfico 2 – Carteira Ativa por Situação Jurídica – 2008 a 2015

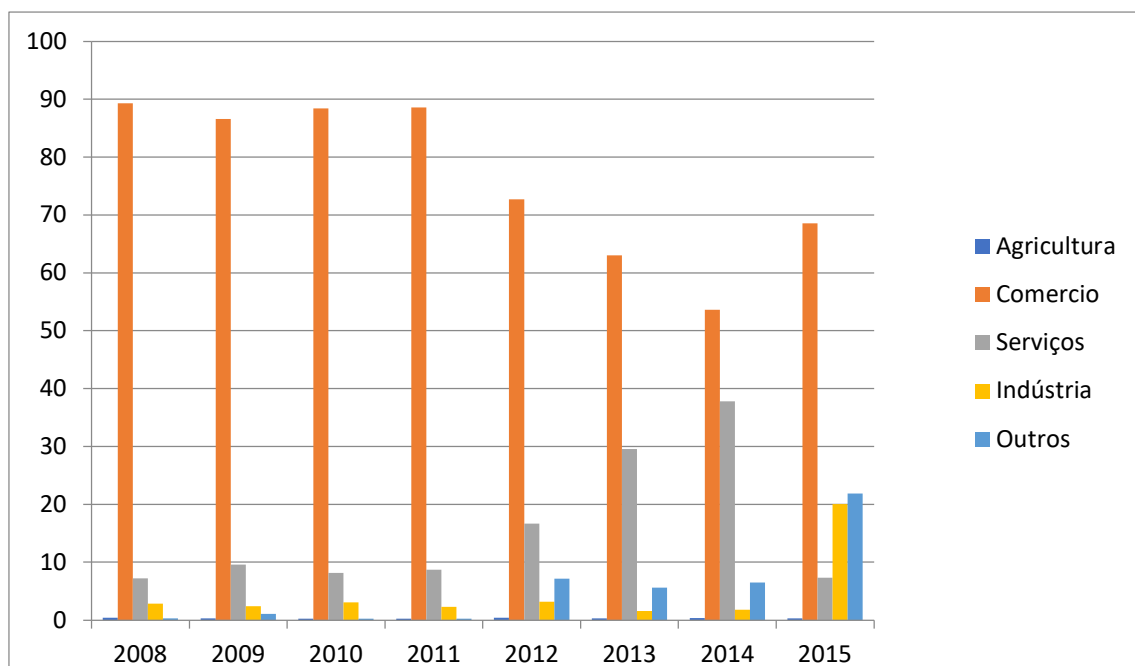


Fonte: PNMPO (2015).

Outro aspecto a ser analisado é a composição da carteira de clientes do PNMPO por segmento de atividade. No gráfico 3, é possível observar que, de 2008 até 2015, há uma predominância do setor de comércio na composição da carteira de clientes do PNMPO por segmento de atividade. Nesse período, média de 80% dos clientes pertencia ao segmento do comércio. A partir de 2012, percebe-se uma diminuição da participação do setor comercial, principalmente em função do crescimento do setor de serviços.

Entre 2012 e 2014, o setor de serviços cresceu em grande proporção na participação de clientes, em 2015 o destaque vai para o setor industrial. Esclarece-se que os relatórios do PNMPO dos anos de 2016 e 2017 não são disponibilizados pelo MTE para análise deste item e o ano de 2015 foi analisado até o terceiro trimestre. No ano de 2018, os dados mostram que os empreendedores por conta própria (pessoas físicas) representam 95% dos clientes atendidos no ano 2018.

Gráfico 3 – Composição da Carteira de Clientes do PNMPO por segmento de atividade (2008-2015)



Fonte: PNMPO (2015).

De acordo com o Banco Central (2018) a carteira de microcrédito concentra-se, em termos de valor, na Região Nordeste (52%), seguida pelas Regiões Sudeste (23%), Sul (18%), Centro-Oeste (5%) e Norte (3%). Em termos de quantidade de operações e número de clientes, a Região Nordeste equipara-se à Sudeste (em torno

de 35% na Nordeste e 36% na Sudeste). As outras regiões — Sul, Centro-Oeste e Norte — representam, respectivamente, nessas categorias, 19%, 6% e 4% do total aproximadamente.

O Programa “Crediamigo” do Banco do Nordeste que possui a maior parte do volume de crédito concedido. Conforme dados do PNMPO vale ressaltar a relevante participação das demais instituições, como é o caso das Agências de Fomento na Bahia-BA com mais de 47 milhões de Reais em valores concedidoa e outras OSCIPs da região. Na região Norte, os Bancos Públicos também têm forte predomínio região Sudeste, observa-se forte desempenho dos Bancos Públicos e das OSCIPs no estado de São Paulo e Centro-Oeste.

.De acordo com a tabela 2 pode-se confirmar o histórico das operações concentrada em sua maioria na região Nordeste, no período de 2009 a 2015.

Tabela 2 - Análise Anual por segmento (2009-2015)

Ano	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
2009	0,69%	90,49%	0,26%	4,81%	3,74%
2010	0,57%	90,28%	0,34%	4,55%	4,26%
2011	0,60%	91,27%	0,18%	4,91%	3,04%
2012	1,80%	79,68%	1,41%	11,80%	5,31%
2013	2,22%	73,78%	1,68%	15,75%	6,58%
2014	2,70%	73,27%	1,34%	16,05%	6,65%
2015	2,68%	75,39%	1,36%	14,09%	6,48%

Fonte: PNMPO (2015).

Ainda de acordo com Banco Central (2018) nas carteiras identificadas por Estado, destacam-se o Ceará, com o maior valor de 13,7% do total nacional, o Maranhão, com o maior valor médio das operações e São Paulo, com a segunda maior carteira por valor (9,9% do total nacional), a maior quantidade de operações (17,4% do total nacional) e de clientes (17% do total nacional). Um esclarecimento pertinente, é que os relatórios do PNMPO dos anos de 2016 e 2017 não são disponibilizados pelo MTE para análise deste item e o ano de 2015 foi analisado até o terceiro trimestr

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou analisar a evolução do Programa Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil no período de 2005 a 2018. Constatou-se que houve avanço de forma consolidada desse modelo de crédito. Além disso, impulsionou os pequenos negócios de maneira crescente durante o período analisado neste estudo. Assim, infere-se que a criação desse programa possibilitou a expansão dessa linha de crédito e a inclusão bancária de pequenos empreendedores.

Averiguou-se que mesmo diante de mudanças e transformações ocorridas na conjuntura econômica brasileira, de 2005 a 2018, o Microcrédito Produtivo Orientado manteve um quadro de evolução até o ano de 2014. Entre os anos de 2015 a 2018 o estudo identificou queda que reflete a dificuldade de recuperação da economia, e falta de instituições que operem no mercado, alta dos juros e os principais bancos não priorizam a linha, implicando numa estagnação durante esse período.

Pode-se observar uma evolução histórica do microcrédito no Brasil, mesmo em momentos de crise a linha de crédito conseguiu manter-se em crescimento, a caracterização do PMNPO e suas alterações normativas contribuem para essa evolução. Concluímos que só a partir do ano de 2002 devido a mudanças nas políticas sociais no Brasil com objetivo de reduzir a pobreza. Nesse sentido, O microcrédito passa a ser um aliado do Governo, em 2005 com criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) passa a moldar essa linha de crédito de maneira que possa ser mais acessível ao público baixa renda.

A análise dos dados do PNMPO permitiu identificar O Programa Crescer implantado em 2011 colaborou de maneira determinante para a disseminação do crédito em todo País. A partir de 2011 ainda com o efeito do Programa Crescer nota-se uma concentração de recursos do PNMPO nos bancos públicos federais.

Por fim, foi verificado que o microcrédito no Brasil teve seu processo de evolução interrompido, e que transformações nas características do PNMPO com o

objetivo de moldar a linha de crédito de acordo com a exigência do mercado volte a fomentar os pequenos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Sergio D Silva; SOARES, Maden Marques. **Democratização do Crédito no Brasil**. Atuação do Banco Central. Rio de Janeiro: Bacen, 2004.
- ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BARONE, Francisco Marcelo et al. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, v. 65, 2002.
- BRASIL. BCB. **Série Cidadania Financeira**: Estudos sobre educação, proteção e inclusão./ – Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado:PNMPO.Brasília:MTb,2016.Disponível em:<http://portalfat.mte.gov.br/progras-e-acoas-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/>.
- BRASIL. **LEI No. 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005**. DOU. Brasília, 26 abr. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/11110.htm. Acesso em: 04/10/2019.
- COSTA, Fernando Nogueira. **Microcrédito no Brasil**, 2010. Texto para discussão (n.75) – Instituto de economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em:< <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a.>>. Acesso em: 18/10/2016.
- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Petropolis: Vozes, 2013.
- CARLS, L. G.; DAL RI, M. K. **Aposentado do INSS com crédito consignado em uma instituição financeira bancária (2013): um estudo de caso**. UNIJUI, nov. 2015.
- CAVALCANTE, C. D. **Análise da importância consignado no consumo dos aposentados e pensionista do INSS: um estudo de caso no bairro Potengi de Natal**. 2015. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- COSTA, F. N. **Atuação anticíclica dos bancos públicos brasileiros**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 258, setembro de 2015.
- COSTA, Fernando Nogueira. **Microcrédito no Brasil**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, nº. 175. Campinas, 2010.
- DIEESE. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008 – 2013**. São Paulo, 2018.
- FERREIRA J. G. Propostas para uma economia mais produtiva e para uma sociedade mais equilibrada, 3ª ed. Jul.. Editora. Do grupo Leya.2013.
- GEM- Global Entrepreneurship Monitor. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2015.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. Algés: Editora Difel 82-difusao Editora, S.A.1997.

LEITE, I. C. **Novos olhares, novos lugares: por uma política social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania**. Convergência — Revista de Ciencias Sociales. Toluca (México), Universidad Autónoma del Estado de México, v. 15, n. 47, p.73-100, mayo/ago 2019.

MATOS, Franco de; MACAMBIRA, Júnior; CACCIAMALI, Maria Cristina (Org.). **A ATIVIDADE E A POLÍTICA DE MICROCRÉDITO NO BRASIL: Visões sobre sua Evolução e Futuros Desafios**. Fortaleza: Idt, 2014.

MORDUCH, J. *The Microfinance Promise*. Journal of Economic Literature, (v. 37, nº 4, pp. 1569-1614). 2019.

MORENO, E. Mudanças e oportunidades no mercado de microcréditos. **Revista de Microcrédito**, pp. 10-11, 2019.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammen brasileiro: Perfil e performance dos clientes do Crediamigo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

OLIVEIRA, J, J. **Política monetária: ideias, experiências e evolução**. São Paulo: FGV, 2016.

OLIVEIRA; DOTTO; FILHO. Crédito Consignado: Dinâmica e ampliação das Condições de Financiamento (Margem de Consignação e Garantias); **V Seminário economia**, UFSM 2019.

PANDOLFO, Aline. **Crédito Direto ao Consumidor: Fatores que impedem o Crescimento**. Monografia, UFRS, 2007. JACOB, Claudio Avanian. **Crédito Bancário no Brasil: Uma Interpretação Heterodoxa**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 2003.

PAULA, L. F.; JÚNIOR, A.J.A. **Comportamento dos Bancos e Ciclo de Crédito no Brasil em 2003-2016: uma análise pós-keynesiana**. 10/08/2017. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/comportamento-dos-bancos-e-ciclo-decredito-no-brasil-em-2003-2016-10.pdf>>. Acesso: 08 de outubro de 2019.

SANTOS, Claire Gomes dos; CARRION, Rosinha da Silva Machado. Microcrédito e pobreza: um diálogo possível? **Rev. adm. contemp**. Curitiba, v. 13. Junho, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid . Acesso em 08 de outubro de 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Taxa de Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Brasília, 2016.

BRASIL. SEBRAE. (Org.). **O funcionamento do microcrédito**. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-funcionamento-do-microcredito,13ad347ea5b13410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SILVA, C. Processo de capacitação social: o caso do microcrédito. **VII Congresso Português de Sociologia**. Junho de 2012. Universidade do Porto. 2016.

SILVEIRA, Fernandes. **Microcrédito na região metropolitana de Recife: experiência empreendedora do CEAPE:UFPE**. Recife, 2015. Disponível em: www.ceape-pe.org.br. Acesso em: 03 out 2019.

SOARES, Marden Marques; MELO SOBRINHO, Abelardo Duarte de. **Microfinanças: O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. 2. ed. Brasília: Revista e Ampliada, 2008.

VALOURA, M. **Financiamentos concedidos na forma de microcrédito: fomento para o desenvolvimento do empreendedorismo**. Dissertação apresentada ao Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real. 2012.